

Legados escritos e trajetória imigrante: os manuscritos de Antônio Ceretta

Ricardo Kemmerich¹

João Vítor Sausen²

Resumo

Este trabalho tem como principal objetivo propor a utilização de memórias escritas por imigrantes para a reconstituição de suas trajetórias de vida para a melhor compreensão acerca processo de imigração e colonização no Brasil meridional. Este trabalho se configura como um estudo de caso, onde foram utilizadas as memórias do imigrante italiano Antônio Ceretta, chegado ao Brasil em 1880. Ceretta escreveu suas memórias em um conjunto de 6 cadernos manuscritos no início da década de 1940 durante o regime do Estado Novo, narrando um pouco de sua trajetória e do estabelecimentos de imigrantes italianos na região central do estado do Rio Grande do Sul, especificamente nas comunidades de Vale Vêneto e São João do Polêsine. Antônio Ceretta atuou inicialmente como agricultor, tornando-se mais tarde professor da comunidade onde morou toda sua vida, São João do Polêsine. O contexto em que Antônio Ceretta viveu foi marcado por intensas transformações políticas e sociais, em um processo de nacionalização crescente desde o início da Primeira República (1889) atingindo seu ápice no Estado Novo (1937-1945). Apesar do contexto hostil à manifestações de estrangeiros, suas memórias possuem um teor bastante conciliatório, atribuindo o sucesso dos imigrantes italianos na empreitada migratória ao seu ávido trabalho em conjunto a ação da Igreja Católica.

Palavras-chave: Memória. Imigração. Trajetória.

Introdução

Este trabalho tem como principal objetivo propor a utilização de memórias escritas por imigrantes para a reconstituição de suas trajetórias de vida para a melhor compreensão acerca processo de imigração e colonização italiana no Brasil meridional ocorridos entre o último quartel do século XIX e as primeiras décadas do século XX.

Enquanto metodologia para o desenvolvimento deste trabalho, pretendeu-se contruir a trajetória histórica do imigrante italiano Antônio Ceretta (1868 - 1943). Para Karsburg o estudo de trajetória “problematiza histórias particulares, relacionando-as e não as isolando da

¹ Acadêmico do 4º Semestre do Curso Nível Mestrado do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), bolsista CAPES/DS. E-mail: rikrdo_kemmerich@hotmail.com.

² Acadêmico do 6º semestre do Curso de História da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Bolsista Probic/Fapergs. E-mail: sausenjoaovitor@gmail.com.

história geral” (2015, p. 33). Desse modo, suas memórias servem como subsídios para compreender o modo como esses imigrantes se inseriram na sociedade rio-grandense a partir da análise qualitativa de seu conteúdo (SAMARA; TUPY, 2015).

Antônio Ceretta emigrou de Lonigo, Vêneto, no norte da Itália estabelecendo-se na região central do atual Estado do Rio Grande do Sul, próximo à Santa Maria, em 1880 com sua família quando tinha doze anos de idade. Por ter sido alfabetizado na Itália, embora de pouca instrução, largou da enxada para tornar-se mestre escola na comunidade de São João João do Polêsine, onde viveu de 1893 até 1943, ano em que faleceu com 76 anos de idade. Ao final de sua vida, Ceretta produziu um conjunto de manuscritos memorialistas contando um pouco desta trajetória. Seus escritos são compostos por um conjunto de 6 cadernos escritos em português, e um conjunto de 74 folhas avulsas escritas em dialeto vênето. Esses documentos se encontram no AHPNSC (Arquivo Histórico Provincial Nossa Senhora Conquistadora), armário 1, porta 1, caixa 04 da série Missão Brasileira, em Santa Maria, Rio Grande do Sul

Além de suas memórias, foram utilizadas fontes bibliográficas e historiográficas sobre o tema da imigração italiana e das políticas legislativas em constante processo de nacionalização, principalmente aquelas que dizem respeito ao processo escolar nas zonas coloniais durante o governo castilhistas no Rio Grande do Sul.

Desse modo, este trabalho divide-se em dois momentos. Na primeira parte serão discutidos alguns aspectos teórico metodológicos referentes à memória escrita e ao uso de trajetórias de indivíduos para a pesquisa histórica, bem como estabelecer a crítica documental das principais fontes deste trabalho. No segundo momento, pretende-se elaborar sinteticamente a trajetória de Ceretta a partir das impressões contidas em suas memórias durante o processo de amplas transformações políticas, econômicas e sociais que vai desde o Brasil Império ao Estado Novo, procurando responder três indagações básicas: Por que migrar? Como se organizaram os imigrantes nos núcleos coloniais? E qual o papel do Estado no processo de integração/inserção desses estrangeiros aos desígnios da nova pátria?

1. Memória escrita e testemunho

De acordo com a tese documentarista, o passado, por ser estruturalmente ausente, somente pode ser *reconstruído* mediante provas, documentos, fontes que atestam a existência de um passado que foi presente e já não existe mais (KATES, 2001). Assim, Ricoeur como

um dos representantes de tal tese, afirma que toda a história tem seu início, não nos arquivos, mas no testemunho, e que, apesar da carência principal de confiabilidade do testemunho, não há nada melhor do que ele para assegurar de que algo aconteceu e que alguém atesta ter assistido pessoalmente” (2007, p. 156). Nesse sentido, a indagação de Karsburg é ao mesmo tempo pertinente e provocativa: “existe melhor maneira de enxergar a história do que pelo ponto de vista dos que dela participaram” (2015, p. 33)?

Nesta perspectiva, Antônio Ceretta enquanto “testemunha ocular” do processo migratório de italianos, produziu testemunhos escritos que são importantes registros de diferentes culturas política e religiosa de pessoas que vivenciaram o processo colonizador no Brasil. Em seus manuscritos o autor registrou a história das comunidades em que viveu no intuito de “lembrar aos presentes e aos futuros” a trajetória de estabelecimento dos imigrantes aos seus descendentes, especialmente no que se refere ao estabelecimento da religião católica como importante fator para a consolidação de sua comunidade. Seus primeiros manuscritos foram escritos em 1894 e contam a história da comunidade de Vale Vêneto (1877-1886) desde a chegada dos primeiros imigrantes italianos até o estabelecimento da missão de padres palotinos na região³. Foi traduzido no ano de 1941⁴ pelo próprio Ceretta dando origem a quatro cadernos. Outro, “A História de São João do Polêsine desde o início de sua colonização até o ano de 1936 escrita pelo Professor Antônio Ceretta”, conta a história de sua trajetória e de sua comunidade de 1893 ao ano de 1936, e é composto por dois cadernos. Não se sabe ao certo a data exata de produção dos manuscritos referentes à História de São João do Polêsine, entretanto pode-se balizar o espaço temporal de sua confecção desde 1938 até antes de sua morte em 1943, muito embora, provavelmente, seus manuscritos (em português) tenham todos sido confeccionados no mesmo período devido às semelhanças da tinta e da caligrafia nos cadernos. Para Barros, o texto que se está tomando como fonte deve ser analisado enquanto discurso de época a ser decifrado, ou seja, a fonte pode ser vista como testemunho de uma época e como discurso de uma época (2005, p.64).

³ Sobre este tema conferir Biasoli (2010).

⁴ Essa informação se refere à um trecho específico dos manuscritos de Antônio Ceretta, em que diz: [...] “nos mesmo [sic], que fomos testemunhas oculares de todas estas coisas e de todos os acontecidos daquele tempo, nos mesmo, transcrevendo-as depois de passado cincoenta e sete anos [...]” (Ceretta, 19--: 65). O ano de referência para a tradução partiu de um cálculo muito simples, somando-se a data do ano que se refere à desavença da comunidade de Vale Vêneto com o pároco Antônio Sório, descrito no contexto do trecho citado, ocorrida em 1884, assim, $1884+57 = 1941$. Missão Brasileira, Caixa Vale Vêneto, Arquivo Histórico Nossa Senhora Conquistadora, Santa Maria, RS - Brasil. As desavenças decorrentes da disputa pela aquisição de sacerdotes entre as comunidades coloniais de Vale Vêneto e Silveira Martins, e o posterior atentado contra o sacerdote Antônio Sório, nutriu diversos estudos referentes aos conflitos intermigrantes e sobre a oposição Igreja e Maçonaria. Para saber mais cf. Vécio (2001), Vendrame (2007, 2013) e Bolzan (2015).

Assim, partindo do entendimento de que a memória evocada sobre o passado é na verdade um produto do presente em que se produziu, o conteúdo das memórias constantes em seus manuscritos corresponde às suas impressões acerca da imigração e colonização italiana após e durante um processo de amplas transformações políticas e sociais que se estendem desde o final do Império (1889), perpassando a República Velha ao Estado Novo (1937 – 1945).

Para Constantino as autobiografias, como prática incomum entre os imigrantes constituem “um achado” para os historiadores por duas razões: de um lado reforçam um conceito mais amplo e complexo de imigrante como aquele que reúne “[...] uma variedade de situações e ocupações e uma multiplicidade de motivos da imigração [...]” e de outra parte, desconstruem o mito que aponta para a ignorância generalizada entre imigrantes ao oferecer um documento que pode ser rico em reflexões e indiciário de formas culturais sólidas e diferenciadas. Assim, as autobiografias produzidas por imigrantes que passaram por fortes desafios psicológicos e materiais, configuram-se frequentemente em um processo contínuo de destruição e reconstrução do “eu”, cuja procura por uma identidade constitui o fio pelo qual se desenvolve a narrativa autobiográfica (CONSTANTINO, 2013, p. 120 - 121). Para Kasburg (2015) a construção de trajetórias permite “problematizar os sujeitos inserindo-os em distintos contextos e relações sociais” (p. 32). Segundo Bordieu, a trajetória refere-se a uma “série de posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente (ou um mesmo grupo) num espaço que é ele próprio um devir, estando sujeito à incessantes transformações” (BORDIEU, 2006, p. 189).

Foi durante o Estado Novo que Ceretta produziu suas memórias em meio à um contexto de nacionalização crescente e cujos desdobramentos deram-se com a perseguição aos estrangeiros no Brasil e à proibição de sua língua⁵. Esse processo havia iniciado durante a Primeira República e cujo ápice deu-se com a Ditadura Vargas. Em seus manuscritos, Ceretta fará referência a importância da religiosidade na organização da vida comunitária das colônias e demonstra que houve uma crescente intervenção do Estado nas zonas de colonização, especialmente através do ensino e da proibição da língua.

⁵ De acordo com Seyferth a campanha de nacionalização “começou em 1937, com a nacionalização do ensino – que atingiu sistemas escolares com instrução em língua estrangeira, entre os quais destacou-se a “escola alemã”. A partir de 1939 e durante toda a Segunda Guerra Mundial, houve a proibição do uso público de línguas maternas e o fechamento de instituições de caráter étnico (inclusive assistenciais). Efetivos do exército foram enviados para as regiões consideradas mais enquistadas, para impor o civismo e fazer cumprir as medidas restritivas” (2002, p. 140).

2. Do Império à República Castilhistas: um contexto de amplas transformações

Em suas memórias Ceretta afirma que a emigração de italianos foi motivada pela pobreza mas não desenvolve pormenores. A tristeza gerada nos emigrados também é um aspecto marcante, e menciona diversas vezes as saudades “da sua bela pátria”. Em um pequeno trecho de suas memórias, Ceretta expõe os motivos para a partida de italianos, que alimentados pela possibilidade de tornarem-se proprietários de terra, se submetem a “diversos sacrifícios” para a construção de uma vida melhor. Para Ceretta,

[...] quanta dor no coração custasse, aqueles que por pura necessidade eram obrigados a abandoná-la para ir em procura de uma terra longínqua e por eles desconhecida. Mas necessidade é necessidade: e faz com que o homem se sacrifique a tudo, até confiar a própria vida e a dos seus filhos, a estranhos, nunca visto, nunca ouvido falar dele, nem ter provas de sua sinceridade; só animados das suas palavras que lhe promete conduzi-lo a uma terra que lhe renderá a vida mais fácil, uma existência menos atribulada, onde de servo passará a ser dono: onde poderá legar a seus amados filhos, um modesto patrimônio onde poderá trabalhar em terra própria, independentemente, sem suportar as vessações dos patrões (CERETTA, 19-- , p.2-3, caderno I).

O fenômeno migratório de italianos para a América, ocorrido no final do século XIX e início do XX, esteve diretamente ligado à expansão do capitalismo europeu na Europa Central e às transformações das estruturas políticas, econômicas e sociais até então vigentes. As novas estruturas na Europa se originaram através da transformação do feudalismo, consequência direta da Revolução Industrial e, na Itália, ao processo de unificação que deu origem à República italiana. Nisto, aproximadamente 1,5 milhões de italianos vieram para o Brasil, onde cerca de 100 mil deles se estabeleceram no Rio Grande do Sul (DE BONI; COSTA, 2000, p. III). Nesse processo, poucos destes imigrantes expressavam-se a partir da língua oficial da recém unificada Itália, falando principalmente dialetos. Desse modo, foi no Brasil que eles acabaram identificando-se genericamente enquanto italianos, pois na Itália identificavam-se como trevisanos, beluneses, veroneses, vicentinos, bergamascos, entre outros, como explicaram De Boni e Costa (2000) e Zanini (2006).

No Brasil a vinda de italianos deu-se por duas razões: primeiramente esteve a permuta das relações de trabalho servis para assalariadas que se deu com a extinção da escravidão. Nesse processo muitos italianos constituíram a nova força de trabalho nos cafezais da região Sudeste (São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo). Segundamente, esteve a ocupação de terras devolutas estimuladas pelo Governo Imperial nas regiões da fronteira Sul a partir da criação de minifúndios que visassem a diversificação das atividades econômicas, promovendo o aumento e “branqueamento” da população”.

Na região Sul do Brasil, na província de São Pedro de Rio Grande, foram criados quatro núcleos de colonização pelo Governo Imperial. Seu objetivo era povoar as terras devolutas do Império e interligar as diferentes regiões da Província. Na região da Serra foram criadas em 1975 três: Conde D'Eu (atualmente Garibaldi), Dona Isabel (hoje Bento Gonçalves) e Fundos de Nova Palmira ou Campo dos Bugres (atual Caxias do Sul). Na região Central, próximo ao município de Santa Maria, foi criado o quarto núcleo em 1877, e cuja Sede foi denominada Silveira Martins (SPONCHIADO, 1996).

Foi para este último que Ceretta, ainda criança, e sua família se dirigiram. Lá se estabeleceram na comunidade de Vale Vêneto, chegados em 11 de Setembro de 1880, onde seu pai adquiriu um lote colonial de 13 hectares. Passados alguns anos, em 1887, Ceretta casou com Thereza Antoniazzi, tornando-se um “chefe de família”, fazendo com que adquirisse por consequência o direito à um lote colonial. Com sua esposa, migrou para a comunidade próxima de Vale Vêneto, o chamado Núcleo Soturno, posteriormente denominado Novo Treviso onde adquiriu um lote de 22 hectares, próximo a Silveira Martins⁶. Em 1893 Ceretta voltou para Vale Vêneto, até comprar meio lote colonial com seu irmão, nas terras baixas circundantes ao Rio Soturno, na comunidade que originou o município atual de São João do Polêsine em 1895. Lá, Ceretta tornou-se um líder comunitário atuando como professor e catequista, conforme suas memórias. Em seus escritos, tanto a emigração quanto o processo colonizador, centram-se no interesse em adquirir um patrimônio para ser legado aos filhos e descendentes, bem como as preocupações constantes em como prover o sustento da vida da família.

Segundo Ceretta, quando sua família se estabeleceu em Vale Vêneto em Setembro de 1880, a organização religiosa foi uma das primeiras providências dos imigrantes italianos. Desse modo buscaram trazer sacerdotes que atuassem na comunidade para suprir suas “necessidades espirituais”. Isto não se deu apenas em ValeVêneto, pois concomitante à ocupação de novas áreas pelas famílias italianas, foi surgindo à necessidade da fundação de novas comunidades, geralmente iniciada a partir da construção de uma pequena capela. É importante salientar a importância do aspecto religioso na regulação da vida dos imigrantes

⁶ A colônia Imperial Silveira Martins emancipou-se do estatuto de colônia imperial em 1884, sendo esta desmembrada entre os municípios de Santa Maria, Júlio de Castilhos e Cachoeira do Sul através do Decreto 1570 de 21/04/1886. Desse modo, as comunidades de Vale Vêneto e Silveira Martins ficaram pertencentes ao município de Santa Maria e a comunidade de São João do Polêsine, ocupada somente a partir de 1893, ficou pertencente ao município de Cachoeira do Sul. Hoje, Vale Vêneto é distrito turístico do município de São João do Polêsine e não possui mais vínculo com Santa Maria. No período tratado, estas comunidades ainda faziam parte da paróquia de Vale Vêneto, sob administração dos Padres Palotinos.

italianos, pois esta estava vinculada à toda a organização social das comunidades. Para Ceretta

é preciso registrar que não se pode descrever a história de nenhum povoado da colônia italiana, sem que figure em primeira linha e como motor do seu desenvolvimento, ocupando o lugar de primeiro fator, o movimento e progresso religioso. Um núcleo colonial que tivesse início pretendendo excluir este fator, estaria condenado a definhando e se destruir, porque entre seus habitantes, haveria falta de união de espírito, e corpo sem espírito é corpo morto e não pode obrar. Por conseguinte, cada novo povoado, o primeiro edifício que se estimava indispensável de erigir, era uma Capela que se construía em madeira: a qual, mais tarde, deve ceder o lugar a bela igreja em material, devendo esta ser como a galinha que entorne de si reúne seus pintos (CERETTA, 19--., p. 11 - 12, caderno I).

A partir da proclamação da República, o Estado aproveitou o prestígio da Igreja Católica nas zonas coloniais para granjear apoio ao novo regime. De acordo com Marin, a Igreja Católica enquadrava os indivíduos na ação do Estado e disciplinava o comportamento político dos imigrantes e empenhava-se em integrá-los à nacionalidade brasileira (2007, p. 183). Tal posicionamento pode ser encontrado nas memórias de Ceretta, geralmente associando um bom cidadão a um “bom católico”.

A preocupação com relação à integração nacional é manifestada por Antônio Ceretta, afirmando a ausência de um “espírito nacional” entre as “gentes italianas”. Suas impressões acerca do processo de adaptação, indicam as fases que transcorreram até o momento da produção dos manuscritos, o Estado Novo, onde o “fanatismo exagerado” contrastava com a realidade das “amplas liberdades” decorrente de um Estado relativamente ausente, período que compreendeu o Brasil Império e o início da Primeira República. Além disso, seus manuscritos possuem relatos carregados de referências ao sofrimento “daquelas pobres gentes”, ressaltando sua profunda religiosidade e o trabalho⁷ duro dos imigrantes. Para Ceretta,

A corrente emigratória, lançadas nestas grandes plagas coloniais, era deixada no mais completo descuido, e ninguém tomava a peito dar a esta crescente massa de novo povo, um endereço de cultura para formar o verdadeiro espírito nacional. Antes com as amplas liberdades existentes, cada grupo colonial podia abrir escolas e ensinar na própria língua de origem. Não era pois de admirar que cada nacionalidade, procurasse cultivar e amar seu idioma porque aprendido da própria mãe e avido continuamente falar na própria família e entre suas gentes com as quase se achava continuamente em contato. Estando as cousas nesta altura, cada grupo que se sentia impulsionado pelo dever, de abrir uma escola, escolhia o mestre entre os seus e as lições era dada no idioma a que o grupo pertencia, se italiano, ensinavam o italiano, se alemães, alemão etc. E é preciso notar que cada nação da Europa, que tinham seus filhos espalhados pelo mundo: pois não se deve pensar que isso se desse

⁷Durante a Primeira República “o trabalho passou a ganhar um sentido ético, de dar legitimação, respeitabilidade, fecundidade criação. No contraponto entre trabalho escravidão, a construção ideológica republicana transformou o trabalho em ato enobrecedor por excelência” (SOARES, 2007, p. 293). Esta mesma ideologia perpassou o Varguismo que se desenvolveu no mesmo período e se encontrará presente também no Estado Novo.

só com o Brasil: não, por qualquer parte do mundo, uma nação tivesse de seus subditos, acompanhava-os com a instrução afim conservando o proprio idioma, conservassem tambem o amor á sua patria de origem. Assim, por meio dos consules e vice consules, aconselhavam e promoviam escolas entre as colonias, auxiliando-as com dar-lhe os materiaes necessarios, como, livros, cadernos, enfim tudo o necessario, ate tinta e giz e mapas [...] Desta nossa narração, fielmente editada, cada um pode formarem-se uma idéa do que era as condições das regiões coloniais enquanto a instrução civica. Deixada naqueles tempos em um total abandono, que devia mais tarde, explodir num fanatismo exagerado (CERETTA, 19--., p. 35 – 36, caderno II).

Segundo Luchese e Rech (2014) durante o período Imperial (1882 – 1889), na província de São Pedro do Rio Grande do Sul e nas demais não houve maior incentivo à instrução pública. Nesse período, cada comunidade possuía relativa autonomia na organização do ensino. Esta realidade marcou o processo escolar nas colônias de imigrantes até a expansão do ensino público durante a Primeira República. Foi neste primeiro momento que Antônio Ceretta assumiu a função de professor comunitário em Polêsine, atuando inicialmente junto à capela a partir de 1894, onde as “amplas liberdades” no campo educacional se referem a pouca interferência do início do governo republicano no processo escolar.

Após a proclamação da República, em 15 de novembro de 1889, assumiu o governo estadual no Rio Grande do Sul, um grupo de republicanos fortemente vinculados ao positivismo o que gerou um novo olhar para as questões educacionais. Em 1891, fortemente pautada no ideário positivista, a Constituição Estadual se apresentava centralizadora, autoritária, fazendo com que as políticas educacionais sofressem forte influência do positivismo, ao mesmo tempo em que crescia a intervenção estatal nas escolas das regiões de colonização estrangeira.

De acordo com Luchese (2011), até a primeira década da República era comum os consulados italianos promoverem a difusão da “italianidade”, entre colonos no Brasil a partir da doação de material didático pelo governo italiano. Mas isto duraria pouco tempo, pois com a expansão do ensino público, as escolas comunitárias passariam a ser vinculadas ao Estado e ao seu respectivo programa de ensino, principalmente após o Decreto 1.480 de 27/05/1909. Este decreto instituía as subvenções sob apoio pecuniário para as escolas que regessem suas aulas em português. Em suas memórias, Ceretta afirma que inicialmente

O ensino era dado em italiano, pois ninguém pensavam, como já temos notados, ninguém pensavam, em mandar seus filhos aprender português, e o mesmo mestre-escola, naquele tempo, mal o sabia ler. Demais, a gente era tão pobre naquele tempo, que nem poderiam sustentar com as despesas do necessario para o material necessario na escola. Por conseguinte o mestre fez pedido ao vice-consul, que era naquele tempo o Vigário de Silveira Martins⁸, se dignasse auxiliar esta nova escola, proporcionando-lhe o material necessario. E o vice-consul aquieceu muito

⁸O vigário de Silveira Martins até 1899 foi Antônio Sório.

complacente, pois mesmo naqueles dias, tinha ele recebido do consul de Porto Alegre, uma grande remessa de material para distribuí-lo às escolas. E assim foi a escola de Polesine, alistada entre a escola italiana subvencionada, o que lhe valeu também, para realçar o seu moral, porque diziam: Aí os livros, cadernos e tudo o necessário são dados gratuitamente, por isto convem aproveitar (CERETTA, 19-- , p. 60, caderno II).

E continua:

Até o ano de 1909 continuou-se lecionar em italiano; mas por esse tempo as autoridades locais, começaram a estimular que se ensinasse português. Então o mestre do Polesine, se pôz estudar e tomar conhecimento do português, e lá pelo meado de 1909 foi junto com o sub-intendente, apresentar-se ao intendente, que era então Isidoro Neves, e espondendo a este a condições em que andava o ensino na colonia, solicitou dele alguns livros para poder começar lecionar em português. E de fato o Intendente lhe entregou uma nota para a livraria (Vrahe) e obteve algumas cartilha e alguns segundo livro e assim deu início a ensinar português que lhe roubou também o repouso noturno pois de dia não tinha tempo para estudar, sendo ocupado nas duas aulas. Em 1910, o intendente decretou o auxilio de 20.000 reis mensais às escolas particulares que ensinasse português, com o titulo de aula subvencionada, com a obrigação de remeter mapas e ser fiscalizada pelas autoridades locais (CERETTA, 19-- , p. 60 - 61, caderno II).

Tanto o positivismo comtiano incorporado ao Partido Republicano Rio-grandense, como a Igreja Católica valorizavam uma política alicerçada “na conservação da ordem e na perpetuação da autoridade do líder” (ISAIA, 2007, p. 26). Desse modo, a cooptação política dos imigrantes italianos, em sua grande maioria composta por católicos, se deu através da aproximação do Estado com a Igreja, apesar de sua Constituição laica. Segundo Isaia (2007) “para o governo, o catolicismo era visto como força legitimante, habilitada a manter a paz social, fundamental para a vigência da ordem”, assim, no Rio Grande do Sul, a “experiência política castilhistas era valorizada enquanto projeto assentado no apelo à ordem, no desdém às praxes da democracia liberal e no respeito, prestígio e liberdade desfrutados pelo catolicismo” (ISAIA, 2007, p. 28).

É neste período de afirmação do Partido Republicano Rio-grandense que Getúlio Vargas começa a ganhar projeção dentro do quadro político do país, através de suas manifestações no que diz respeito a um projeto de “nação à construir”, onde os “cruzamentos diversificados, sem o padrão de um tipo étnico” fazia do Brasil uma “nação nova”, cuja “procura do seu tipo nacional” só poderia efetivar-se através da educação com o “conhecimento pleno do país” e da “bela língua portuguesa que anda inçada de barbarismos léxicos” (NOLL, 2007, p. 247 - 248). Dessa maneira, após o movimento de 1930 liderado por Vargas, o estabelecimento de um nacionalismo em construção atinge seu ápice durante o Estado Novo, e com ele veio o objetivo de acabar com os “quistos étnicos”.

Considerações Finais

Nos estudos relativos à imigração italiana, não é incomum o uso de memórias de imigrantes como fontes documentais. A exemplo disso temos as obras de Zanini (2006), Vendrame (2007, 2013) e Marin (2007) que utilizaram como fontes documentais os escritos dos imigrantes italianos Andrea Pozzobon (1863 - 1942) e Júlio Lorenzoni (1863 - 1934) para compreender a partir da perspectiva dos próprios imigrantes o processo imigrante e colonizador de italianos no Sul do Brasil.

Como visto, este processo foi marcado por um crescente processo nacionalizador, iniciado a partir da proclamação da República, e que devido às características bastante próprias no Rio Grande do Sul, será marcado pela intervenção do Estado no processo escolar e por sua aproximação com a Igreja. De acordo com Marin, “a Igreja e o Estado objetivavam, em última instância, disciplinar os indivíduos e a sociedade para criar brasileiros e católicos que fossem probos, ordeiros, e adaptados à ordem social e a política vigentes” (2007, p. 188).

A trajetória e as memórias de Ceretta demonstram a importância dada à religiosidade católica durante o processo de inserção na sociedade rio-grandense onde o discurso católico, ao instituir uma identidade para os imigrantes e descendentes, procurou atribuir-lhe uma essência na qual todos os imigrantes deveriam reconhecer-se (MARIN, 2007). Isto fica claro, quando Ceretta expõe o motivo dos quais o levaram a escrever suas memórias. Para ele

Seria antes de desejar que sua operosidade encontrasse incitadores, especialmente na instrução religiosa, pois foi esta parte e por ele mais estimada e predigida. Como catequista aprontava os meninos para a primeira Comunhão que anualmente se fazia. Todos os dias dava na escola uma hora de catecismo, e todos os domingos o ensinava na Capela, e fazia todo o empenho para que as crianças aprendessem e tivessem o verdadeiro conhecimento de Deus e da sua lei. Instruía os meninos que tinha habilidade para servir á Missa e promovia quanto possível as vocações religiosas (CERETTA, 19--., p. 46, caderno II).

É interessante de se pensar a relação adquirida entre a religiosidade e a identificação dos grupos de imigrantes dentro dos redutos coloniais, onde a negação de sua italianidade se deu concomitante ao reforço de sua espiritualidade. Também é interessante salientar que até o momento da confecção dos manuscritos, o Brasil ainda não havia decretado Guerra ao Eixo (Alemanha, Itália e Japão), cuja perseguição aos grupos de estrangeiros se intensificou após 1942. Apesar disso, o fator idiomático para além da religiosidade demonstra o processo de enraizamento de italianos em terras brasileiras.

Este texto constitui algumas reflexões preliminares no que se refere ao uso de memórias escritas como fontes documentais para compreensão do processo de inserção de estrangeiros no Brasil a partir da construção de trajetórias. Além do confronto das impressões de imigrantes com relação aos processos históricos em que estiveram inseridos, suas

memórias podem constituir também em importantes referências ao modo como se constroem e se reproduzem as identificações locais de grupos de imigrantes.

Referências Bibliográficas

BIASOLI, Vitor O. F. O catolicismo ultramontano e a conquista de Santa Maria (1870 -1920). Santa Maria, RS: Editora UFSM, 2010.

BORDIEU, Pierre. **A ilusão biográfica**. In: AMADO, J.; FERREIRA, M. de Moraes (Org). Usos & Abusos da História Oral. Rio de Janeiro: Editora FGV, 8ª ed, 2006.

BULEGON, Marli Fátima. **A colonização e a emancipação de São João do Polêsine**. 1995. 79 p. Monografia (Especialização em Pesquisa) - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Imaculada Conceição, Santa Maria, RS, 1995.

CONSTANTINO, Núncia Santoro de. **Imigrantes Italianos: partir, transitar, chegar (1889 – 1930)**. In: GOLIN, Tau; BOEIRA, Nelson. História Geral do Rio Grande do Sul: República Velha (1889 a 1930). Passo Fundo, Méritos, 2007, v.3 t.1.

DE BONI, L. A. (org). **A Presença Italiana no Brasil**. Porto Alegre; Torino: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes; Fondazione Giovanni Agnelli, 1996.

ISAIA, Artur Cesar. **Catolicismo e Castilhismo**. In: GOLIN, Tau; BOEIRA, Nelson. História Geral do Rio Grande do Sul: República Velha (1889 a 1930). Passo Fundo, Méritos, 2007, v.3 t.2.

KARSBURG, Alexandre de Oliveira. A micro-história e o método da microanálise na construção de trajetórias. In: VENDRAME ET AL(ORG.) **Micro-História, Trajetórias e Imigração**. E-book. São Leopoldo: Editora Oikos, 2015.

KATES, Joshua. Document and Time. **History and Theory**, n. 55, p. 155 – 174, 2014.

LUCHESE, Terciane Ângela. **As escolas étnico-comunitárias italianas no Rio Grande do Sul: o olhar dos agentes consulares**. In: LUCHESE, Terciane Ângela; KREUTZ, Lúcio (Org). Imigração e Educação no Brasil: histórias, pátrias e processos escolares. Santa Maria: Editora da UFSM, 2011.

LUCHESE, Terciane Ângela; RECH, Gelson Leonardo. **O processo escolar entre imigrantes italianos e descendentes no Rio Grande do Sul**. In: LUCHESE, Terciane Ângela (Org). História da Escola dos imigrantes italianos em terras brasileiras. Caxias do Sul, RS: Educs, 2014.

MARIN, J. R. A integração dos imigrantes italianos à política Sul Rio-Grandense na ex-Colônia Silveira Martins. **IMAGINÁRIO**. São Paulo, vol. 13, nº 14, p. 167 – 197, 2007.

NOLL, Maria Izabel. **O positivismo e as origens do Varguismo**. In: TRINDADE, Héglio (Org.). O positivismo: teoria e prática: sesquicentenário da morte de Augusto Comte. 3 ed. – Porto Alegre: editora da UFRGS, 2007.

RICOEUR, Paul. **A Memória, a História, o Esquecimento**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

SAMARA, Eni de Mesquita; TRUZZI, Ismênia S. S. T. **História & Documento e Metodologia de Pesquisa**. 2. Ed. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2010.

VENDRAME, Maíra Inês. **Lá éramos servos, aqui somos senhores: A organização dos imigrantes italianos na ex-Colônia Silveira Martins (1877-1914)**. Santa Maria: Editora da UFSM, 2007.

VÉSCIO, Luiz Eugênio. **O Crime do Padre Sório: Maçonaria e Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1893-1928)**. Santa Maria: Editora da UFSM, Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2001.

ZANINI, Maria Catarina Chitolina. **Italianidade no Brasil Meridional: a construção da identidade étnica na região de Santa Maria – RS**. Santa Maria, Editora da UFSM, 2006.